

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 3 de abril de 2024 • Nº 1775 • R\$ 1,00
www.diariooacionista.com.br

COMISSÃO DE ANISTIA

Indígenas têm reparação por violações da ditadura

A Comissão de Anistia concedeu ontem, os primeiros pedidos de reparação coletiva da história do País. O colegiado analisou requerimentos apresentados pelos povos indígenas Krenak (do norte de Minas Gerais) e Guarani Kaiowá (do Mato Grosso do Sul), que acusaram o Estado brasileiro de cometer diversas violações de direitos humanos durante a ditadura militar. A decisão foi aprovada por unanimidade pela comissão, um órgão colegiado do governo federal vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos. A concessão de reparação coletiva foi possível graças a uma inovação regimental aprovada pela Comissão em março do ano passado. As indenizações por crimes e violações do Estado brasileiro no período ditatorial costumavam ser feitas apenas individualmente. A presidente da Comissão, Enea Stutz de Almeida, afirmou durante a sessão que especialistas destacaram o quão importante seria não individualizar a reparação dos indígenas. **PÁGINA 5**

O BOM FILHO

José Dirceu retorna ao Congresso 19 anos depois

O ex-deputado federal e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu voltou ao Congresso Nacional pela primeira vez após ser cassado em 2005. Condenado pelo escândalo do mensalão e pela Operação Lava Jato, Dirceu participou de uma cerimônia especial do Senado em memória dos 60 anos do golpe de 1964 e defesa da democracia ontem. No início do discurso no Senado, Dirceu declarou que quase não aceitou o convite feito pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), por se lembrar do dia em que perdeu o cargo, há 19 anos. No dia 1º de dezembro de 2005, ele teve o mandato cassado após ser apontado como o responsável por liderar o esquema de pagamento de propinas a parlamentares, o mensalão. O dinheiro ilegal era pago para que os congressistas apoiassem projetos do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). **PÁGINA 5**

BANCO CENTRAL

Taxa de juros do cartão de crédito cai em fevereiro

Pelo segundo mês seguido, a taxa média de juros do cartão de crédito rotativo teve redução para as famílias, passando de 419,3% ao ano, em janeiro, para 412,5% ao ano em fevereiro deste ano. A queda é de 6,8 pontos percentuais no mês e de 7,9 pontos percentuais em 12 meses. Os dados estão nas Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O crédito rotativo dura 30 dias

e é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar. A modalidade tem as taxas mais altas do mercado. Mas, em janeiro deste ano, entrou em vigor a lei que limita os juros do rotativo 100% do valor da dívida, e não de mais de 400% ao ano como é cobrado atualmente. **PÁGINA 2**

MEDIDA PROVISÓRIA



PAULO PINTO ABRASIL/ABRASIL

Após decisão de Pacheco, Haddad defende pacto entre Poderes

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), pediu ontem um pacto entre os Poderes para encontrar opções que compensem a desoneração de R\$ 10 bilhões da folha de pagamento de pequenos municípios. Ele comentou a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de deixar caducar o trecho da medida provisória editada em dezembro do ano passado que reduz de 20% para 8% a contribuição de pequenas prefeituras para a Previdência Social. "A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes. Não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descalabro que aconteceu (nas contas públicas) em 2022. **PÁGINA 3**

MAIOR PROFUNDIDADE

Lula inaugura obra de dragagem de canal que ampliará porto em Niterói



TANIA REGO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, que um ano e três meses é "muito pouco tempo" para o cumprimento de promessas feitas em campanha na seara econômica. Mas afirmou que não esqueceu de uma só palavra dita em campanha e fez longa defesa de investimentos na indústria naval e pesqueira a fim de gerar emprego e renda. Lula discursou na tarde desta terça-feira, durante a inauguração das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, no Porto de Niterói, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. **PÁGINA 5**

ISRAEL

Netanyahu usa lei para expulsar Al Jazeera do país

O primeiro-ministro de Israel e ditador Binyamin Netanyahu prometeu na segunda-feira passada, acabar com as operações da emissora Al Jazeera em Israel, chamando o veículo de um "canal de terror" que espalha o incitamento, depois do parlamento ter aprovado uma lei abrindo caminho para o fechamento do jornal. "O canal terrorista Al Jazeera deixará de ser exibido em Israel. Tenho a intenção de atuar imediatamente em conformidade com a nova lei para colocar fim às atividades do canal", escreveu o premiê israelense na rede social X. A emissora condenou a alegação de incitação do ditador Netanyahu como uma "mentira perigosa e ridícula". **PÁGINA 6**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,44% / 127.548,52 / 558,07 / Volume: R\$ 21.510.471.585 / Negócios: 3.691.767						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.412,00	IGP-M	-0,52% (fev.)	EURO turismo					
Majores Altas						Majores Baixas		Mais Negociadas		Ufir	R\$ 4,3329	IPCA	0,83% (fev.)	Compra: 5,4982	Venda: 5,6782		
LOJAS RENNERON NM	17,48	+3,80	+0,64	PETRORECSA ON NM	21,070	-9,02	-2,090	PETROBRAS PN N2	38,62	+2,58	+0,97	CDI	11,25%	(01/02)	11,15%	DÓLAR Ptax - BC	
PETROBRAS ON N2	39,61	+2,72	+1,05	VAMOS ON NM	8,060	-2,66	-0,220	VALE ON NM	61,94	+1,18	+0,72	POUPANÇA 3	0,5565%	(03/04)	R\$ 374,35	Compra: 5,0476	-0,11%
PETROBRAS PN N2	38,62	+2,58	+0,97	SID NACIONALON	15,33	-2,48	-0,39	B3 ON EJ NM	11,73	-0,34	-0,04	OURO				Compra: 5,0576	Venda: 5,0582
ENGE BRASILON NM	40,54	+2,76	+1,09	YDUQS PART ON NM	17,55	-2,39	-0,43	ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33,48	+0,12	+0,04	BM&F/grama				Compra: 5,0576	Venda: 5,0582
RUMO S.A. ON NM	22,52	+2,13	+0,47	AZUL PN N2	12,60	-2,85	-0,37	PETROBRAS ON N2	39,61	+2,72	+1,05	EURO Comercial	0,0562%	Compra: 5,4461	Venda: 5,4467	Compra: 5,0813	Venda: 5,2613
								Dow Jones		39.170,24		-1,00					
								NASDAQ Composite		16.240,449		-0,95					
								CAC 40		8.130,05		-0,92					
								FTSE 100		7.935,09		-0,22					
								DAX		18.283,13		-1,20					
								Ftse Mib		34.343,61		+0,00					

MERCADOS



Bovespa se descola de NY e sobe 0,44%, aos 127,5 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) conseguiu firmar sinal positivo no meio da tarde de ontem, descolando-se de mais um dia ruim em Nova York em meio ao prosseguimento da pressão sobre os rendimentos dos Treasuries. O desempenho do setor de commodities, com o avanço no preço do minério na China e do petróleo em Londres e Nova York, levou o índice da B3 a tocar máxima da sessão a 127 654,04, e fechar com ganho de 0,44%, aos 127.548,52 pontos. Petrobras teve forte alta, de 2,72% (ON) e de 2,58% (PN), e Vale ON, de 1,18%.

Outra empresa de peso no índice, Bradesco, também conferiu dinamismo ao Ibovespa (Índice Bovespa) à tarde, mas fechou em alta moderada, de 0,57% (PN) e de 0,56% (ON).

O giro subiu um pouco ontem, a R\$ 21,4 bilhões, após ter ficado abaixo de R\$ 20 bilhões na segunda-feira passada. Nas duas primeiras sessões de abril, o Ibovespa ainda acumula perda de 0,44% e, no ano, cede 4,95%.

Na ponta do índice na sessão, destaque para Lojas Renner (+3,8%), com recomendação de compra feita pelo Bank of America (BofA), à frente de

Engie (+2,76%) e de Petrobras. Outra petroleira, 3R Petroleum (+0,73%), foi destaque positivo na maior parte da sessão, mas perdeu força rumo ao fechamento.

No lado oposto da carteira ontem, PetroRecôncavo (-9,02%), Azul (-2,85%) e Vamos (-2,66%). O descolamento de PetroRecôncavo decorreu de a 3R ter brechado as negociações sobre junção com a empresa, priorizando agora a proposta da Enauta para a combinação de negócios.

Em Nova York - no fechamento, destaque para a queda de 0,95% no Nasdaq e de 1% no Dow Jones

DÓLAR

Apesar da intervenção do Banco Central, com venda de US\$ 1 bilhão de swaps cambiais, e do recuo global do dólar, o real apresentou fôlego bem reduzido na sessão de ontem.

Com mínima a R\$ 5,0231, pela manhã, e máxima a R\$ 5,0628, o dólar à vista encerrou cotado a R\$ 5,0583, praticamente estável (-0,02%). Após subir 3,34% no primeiro trimestre, a moeda apresenta valorização de 0,86% nos dois primeiros pregões de abril, o que leva os ganhos acumulados no ano para 4,22%.

BC

Taxa de juros do cartão de crédito cai em fevereiro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

Pelo segundo mês seguido, a taxa média de juros do cartão de crédito rotativo teve redução para as famílias, passando de 419,3% ao ano, em janeiro, para 412,5% ao ano em fevereiro deste ano. A queda é de 6,8 pontos percentuais no mês e de 7,9 pontos percentuais em 12 meses. Os dados estão nas Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas ontem pelo Banco Central (BC).

O crédito rotativo dura 30 dias e é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar.

A modalidade tem as taxas mais altas do mercado. Mas, em janeiro deste ano, entrou em vigor a lei que limita os juros do rotativo 100% do valor da dívida, e não de mais de 400% ao ano como é cobrado atualmente. A medida, entretanto, vale apenas para novos financiamentos, por isso as estatísticas ainda estão em patamares altos.

Após os 30 dias, as instituições financeiras parcelam a dívida do cartão de crédito. No caso do cartão parcelado, os juros reduziram 3,3 pontos percentuais no mês e 7,3 pontos percentuais em 12 meses, para 184,5% ao ano.

Os juros praticados nas operações de cartão de crédito foram os que mais influenciaram a queda na taxa média de juros cobrada das famílias em fevereiro. Por outro lado, os juros do cheque especial tiveram alta de 6 pontos percentuais no mês e redução de 2,9 pontos percentuais em 12 meses (131,8% ao ano).

Considerando todas as moda-

lidades de crédito com recursos livres às pessoas físicas, a taxa média de juros atingiu 52,5% ao ano, com diminuição mensal de 0,1 ponto percentual e de 6,0 pontos percentuais em 12 meses.

Nas operações com empresas, a taxa média alcançou 21,4% ao ano, declínio mensal de 0,9 ponto percentual e de 2,4 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior. Basicamente, contribuíram para esse resultado as quedas mensais nas taxas médias das modalidades de desconto de duplicatas e outros recebíveis (1 ponto percentual), capital de giro com prazo superior a 365 dias (0,7 ponto percentual) e cartão de crédito rotativo (38,3 pontos percentuais).

TAXAS MÉDIAS

No total do crédito com recursos livres, considerando pessoas físicas e jurídicas, a taxa média de juros atingiu 40,2% ao ano em fevereiro, com decréscimos de 0,3 ponto percentual no mês e de 3,8 pontos percentuais em 12 meses. "A redução no mês foi resultado principalmente da efetiva redução nas taxas de juros (efeito taxa), com pequeno efeito contrário na composição da carteira (efeito saldo)", explicou o BC.

No crédito livre, os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobradas dos clientes. Já no crédito direcionado, as regras são definidas pelo governo, e se destina, basicamente, aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito.

No caso do crédito direcionado, a taxa média para pessoas físicas ficou em 9,4% ao ano em fevereiro, redução de 0,3 ponto percentual no mês e de 0,8 pon-

to percentual em 12 meses. Para as empresas, a taxa caiu 0,3 ponto percentual no mês e 1 ponto percentual em 12 meses, para 12,2% ao ano.

Com isso, a taxa média de juros das concessões de crédito segue desacelerando e alcançou 27,8% ao ano em fevereiro, redução de 0,4 ponto percentual no mês e de 3,3 pontos percentuais em 12 meses. O pico dos juros aconteceu em maio do ano passado, quando chegou a 32,3% ao ano.

O comportamento dos juros bancários médios ocorre em um momento em que a taxa básica de juros da economia, a Selic, também vem sendo reduzida. A Selic é o principal instrumento do BC para controlar a inflação e, com a queda dos preços, o BC já cortou a Selic por seis vezes consecutivas, definida em 10,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

SALDO DA CARTEIRA

O volume das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou R\$ 501,6 bilhões em fevereiro, decréscimo de 0,3% no mês e aumento de 5,3% em 12 meses.

O estoque de todos os empréstimos concedidos pelos bancos ficou em R\$ 5,796 trilhões, um crescimento de 0,2% em relação a janeiro e de 8% em 12 meses. Esse desempenho resultou da diminuição de 0,2% no estoque de crédito às empresas, que totalizou R\$ 2,218 trilhões, em contrapartida ao aumento de 0,5% no destinado às famílias, R\$ 3,578 trilhões.

Já o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro, que é o crédito disponível para empresas, famílias e governos, independentemente da fonte (bancário, mercado de título ou dívida externa),

alcançou R\$ 16,342 trilhões, com alta de 1,2% no mês. O principal fator do aumento mensal foi a elevação de 2,5% do saldo dos títulos da dívida pública.

Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 9,5%, prevalecendo as elevações da carteira de empréstimos do SFN (7,8%), dos títulos de dívida públicos (12,4%), dos títulos de dívida privados (13,4%) e dos títulos de dívida securitizados (26,9%).

ENDIVIDAMENTO

Segundo o Banco Central, a inadimplência - considerados atrasos acima de 90 dias - tem se mantido estável há bastante tempo, com pequenas oscilações e registrou 3,3% em fevereiro. Nas operações para pessoas físicas, ela está em 3,7%, e para pessoas jurídicas em 2,6%.

O endividamento das famílias - relação entre o saldo das dívidas e a renda acumulada em 12 meses - ficou em 48% em janeiro, aumento de 0,2 ponto percentual no mês e queda de 0,9% em 12 meses. Com a exclusão do financiamento imobiliário, que pega um montante considerável da renda, o endividamento ficou em 30,2% no primeiro mês do ano.

Já o comprometimento da renda - relação entre o valor médio para pagamento das dívidas e a renda média apurada no período - ficou em 25,8% em janeiro, incremento de 0,1 ponto percentual na passagem do mês e redução de 0,8% em 12 meses.

Os dois últimos indicadores são apresentados com uma defasagem maior do mês de divulgação, pois o Banco Central usa dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2023

Brasil tem aumento de 7% nas reservas provadas de petróleo

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

Em 2023, houve aumento de 6,98% nas reservas provadas de petróleo em comparação a 2022. Também houve aumento de 3,81% no volume relativo ao somatório de reservas provadas e prováveis e de 2,26% no somatório das provadas, prováveis e possíveis. Os dados são do Boletim Anual de Recursos e Reservas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

As reservas provadas correspondem à quantidade de petróleo ou gás natural que a análise de dados de geociências e engenharia indica com razoável certeza como recuperáveis comercialmente, na data de referência do Boletim Anual de Recursos e Reservas. Quando são usados métodos probabilísticos, a probabilidade de que a quantidade recuperada seja igual ou maior que a estimativa deverá ser de pelo menos 90%.

Nas prováveis, a probabilidade de que a quantidade recuperada seja igual ou maior que a soma das estimativas das reservas provada e provável deverá ser de pelo menos 50%. No caso das reservas possíveis, a probabilidade de que a quantidade recuperada seja maior ou igual à soma das estimativas das reservas provada, provável e possível deverá ser de pelo menos 10%.

Foram declarados pelas empresas contratadas para exploração e produção no Brasil 15,894 bilhões de barris de petróleo de reservas provadas; 22,779 bilhões de barris de re-

servas provadas mais prováveis; e 27,531 bilhões de barris de reservas provadas, prováveis e possíveis.

Dessa forma, o índice de reposição de reservas provadas de petróleo foi de 183,54%, representando cerca de 2,278 bilhões de barris em novas reservas. O índice de reposição de reservas indica a relação entre o volume apropriado e o volume produzido no período considerado.

Segundo a ANP, as mudanças ocorridas no volume das reservas de petróleo e gás natural brasileiras são devidas à produção realizada durante o ano, às reservas adicionais oriundas de novos projetos de desenvolvimento, declarações de comercialidade e revisão das reservas dos campos por diferentes fatores técnicos e econômicos.

Segundo o geólogo e professor Jorge Picanço Figueiredo, do Instituto de Geociências e de Engenharia do Petróleo da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a posição do Brasil no cenário internacional em reservas provadas não é tão significativa. "Os Estados Unidos têm 68,8 bilhões de reservas provadas, Rússia tem 107,8 bilhões, Arábia Saudita, 297 bilhões, o Iraque, 145 bilhões, o Irã, 157 bilhões, a Venezuela, 303 bilhões", disse, acrescentando que o óleo do Brasil é de boa qualidade.

O professor lembra que o Brasil produz 3,5 milhões de barris de petróleo por dia. "Em 365 dias, produzimos 1,27 bilhão por ano. A gente produz um campo gigante por ano.

CRÍTICA

Haddad: gasto tributário triplicou em 10 anos e isso é disfuncional

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a criticar ontem o crescimento do gasto tributário nos últimos anos. De acordo com ele, o gasto tributário triplicou nos últimos 10 anos, o que, na sua avaliação, é disfuncional. "O gasto tributário triplicou nos últimos dez anos e isso é disfuncional", disse Haddad ao participar do 10º Brazil Investment Forum, do Bradesco BBI, realizado nesta terça-feira em São Paulo.

E acrescentou: "O caminho é o limite de gastos, revisão de gastos tributários e uma reforma

tributária neutra."

O ministro da Fazenda disse ainda que a resolução do déficit público, se for com base apenas em planilhas, se dá em 15 dias. Mas que resolver o déficit público dentro da realidade política e social se exige mais tempo.

"Na planilha, eu resolvo em 15 dias o déficit público, mas a realidade política e social exige mais tempo", afirmou.

Ele acrescentou que não faltou respaldo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para as decisões mais difíceis, como a reoneração

dos combustíveis, por exemplo. "Agenda fiscal não depende só do Executivo", repetiu Haddad.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

O ministro da Fazenda afirmou que a medida para o mercado secundário de títulos imobiliários está madura para ser lançada. Mais cedo, o ministro disse que ela deve sair ainda na semana que vem.

"Estamos criando um mecanismo de equalização", pontuou Haddad.

O ministro defendeu que, com

um ambiente econômico mais positivo, taxas de juros mais civilizadas e continuidade na desinflação, será possível, em um processo gradual, continuar a alavancar o crédito imobiliário no Brasil.

Haddad reiterou que o crédito imobiliário no Brasil é baixo e argumentou que é muito difícil um país sair da renda média para a alta sem passar por um processo forte na área da construção civil.

O ministro disse que a medida já foi discutida com Banco Central, Caixa Econômica e Banco do Brasil.

TRANSIÇÃO

Haddad diz que BC será ouvido na escolha de seu novo presidente

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem, que o governo vai ouvir o Banco Central (BC) no processo de transição de comando na autarquia, cujo presidente, Roberto Campos Neto, termina o mandato em 31 de dezembro.

Durante participação em fórum do Bradesco BBI, o ministro afirmou que já teve conversas com Campos Neto sobre o momento ideal, na avaliação do presidente do BC, para o anúncio de seu sucessor.

"Vamos ouvir o Banco Central sobre essa transição, sobre

como fazer, e essa transição vai ser muito diferente da de 2022 para 2023", declarou Haddad, referindo-se às tensões entre o governo, no início de seu mandato, e o BC. Segundo o ministro, as relações com o BC foram comprometidas pela ausência da administração anterior, do

ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a transição entre os governos.

"O Executivo sumiu, tirou férias. A transição foi, a rigor, feita pelo Legislativo ... Esta questão do Banco Central foi prejudicada por uma tensão que respingou em tudo", lembrou Haddad. "Isso tudo foi vencido", acrescentou o ministro, após dizer que buscou institucionalizar a relação da Fazenda com o BC, e que hoje tem uma ótima relação com Campos Neto, independentemente das diferenças de ideias.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

MEDIDA PROVISÓRIA

Após ação de Pacheco, Haddad defende pacto entre Poderes

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu ontem um pacto entre os Poderes para encontrar opções que compensem a desoneração de R\$ 10 bilhões da folha de pagamento de pequenos municípios. Ele comentou a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de deixar caducar o trecho da medida provisória editada em dezembro do ano passado que reduz de 20% para 8% a contribuição de pequenas prefeituras para a Previdência Social.

"A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes. Não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descabido que aconteceu (nas contas públicas) em 2022. Temos que respeitar o tempo do Congresso, mas temos de nos sensibilizar para o problema. O papel da Fazenda é dar um norte sobre como arrumar (as contas públicas). Precisamos fixar uma meta e buscar", declarou Haddad no fim desta manhã.

No fim da tarde de segunda-feira, Pacheco decidiu não entender por 60 dias o trecho da Medida Provisória (MP) 1.202 que derrubava a desoneração das contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) pelas prefeituras. Editada nos últimos dias de 2023, a MP também pretendia reonerar a folha de pagamento para 17 setores da economia.

Haddad disse não ter sido avisado por Pacheco da decisão. O ministro da Fazenda disse que o presidente do Senado tratou do tema exclusivamente com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Para mim, não (Pacheco não avisou). Ele conversou com o ministro Padilha. O ministro Padilha me ligou, mas eu não havia conversado sobre isso com Pacheco", respondeu Haddad.

Como parte do acordo fechado em fevereiro, o governo protocolou, na semana passada, um projeto de lei na Câmara dos Deputados para disciplinar o tema e reduzir a ajuda aos pequenos municípios. No entanto, o texto está parado porque o Con-

gresso discute a janela partidária, mudança de partidos pelos parlamentares antes das eleições municipais de outubro. Sem a perspectiva de uma votação tão cedo, Pacheco revogou o trecho da medida provisória.

Com a revogação, o governo terá de encontrar uma alternativa para reforçar o caixa em R\$ 10 bilhões em 2024. Outra opção seria recorrer ao Supremo Tribunal Federal para questionar a legalidade da lei aprovada no fim do ano passado que prorrogou a desoneração da folha para 17 setores da economia e estendeu a ajuda aos pequenos municípios, mas não previu recursos para compensar as medidas.

PERSE

A medida provisória que revogou o projeto de lei também prevê a revogação gradual do Perse, programa de ajuda a empresas do setor de eventos afetada pela pandemia. O tema também foi transferido para um projeto de lei.

"O Perse é um problema. A desoneração da folha é um problema. A questão dos municí-

pios é um problema. Eu sempre digo. Você fixa uma meta de resultado primário e encaminha as leis que vão dar consistência para essa meta. E o trabalho que nós estamos fazendo junto ao Congresso é no sentido de convencer os parlamentares de que nós precisamos encontrar fonte de financiamento das despesas criadas", destacou Haddad ao reiterar o pedido de pacto entre os Poderes.

META FISCAL

O governo precisa de R\$ 168 bilhões em receitas extras para cumprir a meta de zerar o déficit primário em 2024, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual para mais ou para menos. Haddad pediu que a pergunta sobre a busca da meta fiscal seja feita também ao Legislativo.

"O importante é que essa pergunta não tem que ser uma questão só do Executivo. Eu sei que vocês às vezes estão consertando em fazer as perguntas às pessoas que têm responsabilidade, mas isso é um pacto que tem que ser feito nos Três Poderes", respondeu Haddad.

META FISCAL

Tebet: em maio vamos ter visão real do que vai acontecer

AMANDA PUPO
E GIORDANNA NEVES/AE

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem, que a meta fiscal deste ano é avaliada "mês a mês" e destacou maio como o período em que o governo terá uma "visão real" do que acontecerá com o alvo de 2024, traçado para zerar o déficit do resultado primário. No próximo mês é quando o governo publica o segundo relatório bimestral de avaliação de Receitas e Despesas. O primeiro relatório bimestral, divulga-

do no final de março, revelou um déficit de 0,1% do PIB, admitido dentro da banda do arcabouço fiscal.

"O que eu posso adiantar, que é o que Haddad já adiantou, é que está na mesa a discussão da meta de 2024 e 2025, a rediscussão", disse. Questionada então se, além do alvo para 2025, a meta deste ano também poderia ser revisada, Tebet corrigiu. "Não, não está sendo discutida (a meta de 2024), só afirmei que na meta deste ano, 'A' menos 'B' tem que dar zero. É mês a mês que a gente vai ava-

liar", disse a ministra. "Por enquanto estamos com (déficit) de 0,1% sem uma série de questões que nós não incluímos, que vamos ter que incluir no orçamento no segundo relatório. Lá para maio vamos ter uma visão real do que vai acontecer em 2024", disse.

Segundo ela, em maio, o Planejamento terá uma avaliação melhor sobre a aprovação de medidas propostas ao Congresso Nacional, como a reoneração gradual da folha de pagamentos e as mudanças no Programa Emergencial de Retomada do

Setor de Eventos (Perse). Além disso, é no próximo mês que o Executivo poderá verificar se as receitas estão surpreendendo a ponto de liberar um crédito de gastos extra para o governo, que pode ser de R\$ 15 bilhões - ou menor, de R\$ 10 bilhões ou R\$ 12 bilhões. "Se não for R\$ 15 bilhões, pode ser R\$ 12 bilhões. De qualquer forma, R\$ 12 bilhões é um valor considerável para saber se a gente vai conseguir cumprir a meta zero ou não. Se as receitas comparecerem como vão comparecer, vamos mandar o PL", disse.

plô (IPCA) - considerada a inflação oficial do país - em 2024 permaneceu em 3,75%. Para 2025, a projeção da inflação ficou em 3,51%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,5% para os dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%. Para 2025 e 2026, as metas de inflação estão fixadas em 3%, com a mesma tolerância.

2024

Mercado eleva para 1,89% projeção de expansão do PIB

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 1,85% para 1,89%. A estimativa está no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para 2025, a expectativa para

o Produto Interno Bruto (PIB) - a soma dos bens e serviços produzidos no país) é de crescimento de 2%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do PIB em 2%, para os dois anos.

Superando as projeções, em 2023 a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 4,95 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda americana fique em R\$ 5.

INFLAÇÃO

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Am-

Silver Administração de Bens Imóveis Próprios Ltda.

CNPJ/MF 29.260.192/0001-57 - NIRE 33.2.1046487-6

Ata de Reunião de Sócios

Data, Hora e Local: Em 14/03/2024, às 10 hs, na sede da Sociedade. Presenças: Os sócios representando a totalidade do capital. Convocação: Dispensada. Competição da Mesa: Presidente - Tomas Meireles Cardoso; a Secretário - João Pedro Coutinho Valle. Deliberações: (I) aprovar a retificação da redução do capital social da Sociedade deliberada na 3ª Alteração do Contrato Social arquivada em 20/12/2023 sob o número 00005945558 na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, aprovada em razão da venda de 2 imóveis que estavam integralizados no capital social da Sociedade, de modo a corrigir: (a) o valor do imóvel situado na Rua Camboriú, nº 29, loteamento Viverdas da Lagoa Inscrição, Cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro de Localização: 013.005.0346-0001, devidamente registrado no cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Macaé, no Livro 2-AE-1, fls 243, Matrícula 14.121 de R\$ 720.000,00 para R\$ 380.000,00; e (b) o valor do imóvel situado Rua Oseias Rodrigues Santa Rita, nº 303, apartamento 404 do Condomínio Residencial Mirante das Águas, Torre 11, Município de Macaé/RJ devidamente registrado no cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Macaé, no Livro 0384, fls 196, Matrícula nº 30.825 de R\$ 135.000,00 para R\$ 137.000,00. (II) em decorrência da deliberação acima, aprovar a retificação do capital social da Sociedade de R\$ 1.460.181,00 para R\$ 1.798.182,00. (III) aprovar a ratificação das demais cláusulas do Contrato Social da Sociedade; e (IV) autorizar o administrador da Sociedade, o Tomas Meireles Cardoso a realizar todos os atos necessários para elevação das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, ao registro da ata de ratificação ao Contrato Social perante a Junta Comercial, após o prazo previsto no §1º de art. 1.084 do Código Civil, atualização de registros da Sociedade perante autoridades governamentais e demais formalidades aplicáveis. Encerramento: Nada mais havendo a tratar. Rio de Janeiro, 14/03/2024.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90010/2024

O Agente de Contratação Antônio José de Souza Castro convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº 90010/2024 no dia 15/04/2024 às 11h00min. - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de Limpeza e Conservação Hospitalar em áreas administrativas e médico-hospitalares, incluindo as áreas internas, externas, rampas, pátios, telhados, coberturas, estacionamentos, jardins e demais áreas de circulação do Hospital Federal dos Servidores do Estado, a serem executadas com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela do Termo de referência, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. Processo nº 33433.052406/2022-51. O pregão será realizado no site https://www.comprasnet.gov.br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

BETAPART PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 02.762.124/0001-30 - NIRE: 33.3.0026109-5

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a realizarse no dia 30 de abril de 2024, às 08:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), Centro, para: (a) em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) destinar o resultado apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (iii) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, e (b) em Assembleia Geral Extraordinária: (i) fixar o montante global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no art. 119 da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Os acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas que desejarem participar da Assembleia deverão apresentar extrato emitido em até 2 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia, contendo a respectiva posição acionária, fornecida pelo órgão custodiante. Os acionistas poderão também votar através do Boletim de Voto à Distância disponibilizado através do site da B3, seguindo as instruções de preenchimento e envio do mesmo. Rio de Janeiro, 2 de abril de 2024. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim. Presidente do Conselho de Administração.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DO GRUPO JAL LTDA

CNPJ n.º 05.548.335/0001-62 - NIRE JUCERJA n.º 33.4.0004331-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Diretor Presidente da Cooperativa no uso das atribuições, que lhe confere o Estatuto Social, convoca os seus 24 (vinte e quatro) delegados efetivos, que representam os 2.502 (dois mil, quinhentos e dois) associados, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará de forma presencial na Avenida Automóvel Clube, n.º 990 - Centro - São João de Meriti - RJ, no dia 17 de abril de 2024, obedecendo aos seguintes horários e quorum para sua instalação, sempre no mesmo local, cumprindo assim o que determina o Estatuto Social: 1 - Em primeira convocação às 15 horas, com a presença de dois terços do número total de delegados; 2 - Em segunda convocação às 16 horas, com a presença de metade mais um do número total de delegados; 3 - Em terceira e última convocação às 17 horas com a presença mínima de dez delegados seccionais, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: 1) Prestação de contas do exercício de 2023; 2) Destinação das sobras ou perdas apuradas; 3) Fixação do valor dos honorários, das gratificações e da cédula de presença dos membros estatutários; 4) Eleição dos componentes para o Conselho Fiscal; 5) Rateio das despesas; 6) Utilização do FATES; 7) Assuntos de interesse geral. Assembleia Geral Extraordinária: 1) Reforma do Estatuto Social para atualização e adequação às novas normas previstas na Lei Complementar 130/2009, com as alterações feitas pela LC 196/2022 e regulamentadas pela Resolução CMN 5.051/2022, nos seguintes artigos: Artigo 1º - caput - Adequação do texto incluindo a Lei Complementar 196/2022; e Artigo 22 - Alínea II - Adequação do texto incluindo a possibilidade de publicação do edital no sítio eletrônico da cooperativa. São João de Meriti, RJ, 28 de março de 2024.

Marcos Antonio Pereira Guimarães
Diretor Presidente

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

RENOSTRA EMPREENDIMENTOS S.A.

CNPJ/MF Nº 39.111.513/0001-05 | NIRE 33.3.0027988-1

Relatório de Diretoria: Prezados Senhores, apresentamos as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2023.

Balanco Patrimonial em R\$					
	31/12/2023		31/12/2022		
Ativo	R\$ 24.800.806,96	R\$ 23.983.353,17	R\$ 24.800.806,96	R\$ 23.983.353,17	
Circulante	R\$ 5.335.909,23	R\$ 4.753.445,44	R\$ 293.421,11	R\$ 840.895,07	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 13.278,19	R\$ 26.379,14	R\$ 200.000,00	R\$ 750.000,00	
Contas a receber	R\$ 9.913,75	R\$ 4.695,28	R\$ 93.421,11	R\$ 90.895,07	
Aplicações e ativos Financeiros	R\$ 5.312.717,29	R\$ 4.722.371,02			
Outros créditos e ativos	R\$ -	R\$ -			
Não Circulante	R\$ 19.464.897,73	R\$ 19.229.907,73	R\$ 24.507.385,85	R\$ 23.142.458,10	
Propriedades para Investimentos	R\$ 18.873.590,74	R\$ 18.873.590,74	R\$ 13.000.000,00	R\$ 13.000.000,00	
Imobilizado	R\$ 591.306,99	R\$ 356.316,99	R\$ 646,50	R\$ 646,50	
			R\$ 982.953,85	R\$ 663.959,43	
			R\$ 10.523.785,50	R\$ 9.477.852,17	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em R\$					
	Capital Social	Reservas Capital	Legal	Lucros a Realizar	Lucros e Prejuízos Acumulados
Saldo em 31/12/2022	R\$ 13.000.000,00	R\$ 646,50	R\$ 663.959,43	R\$ 9.477.852,17	R\$ -
Ajustes de exercícios anteriores	R\$ -				
Aumento de capital	R\$ -				
Reversão de Reservas	R\$ -				
Resultado Líquido do Exercício	R\$ -				
Destinação do Resultado Líquido					
Reserva Legal	R\$ -	R\$ -	R\$ 318.994,42	-R\$ (318.994,42)	R\$ -
Dividendos pagos	R\$ -	R\$ -	-R\$ (1.178.042,60)	R\$ -	-R\$ (1.178.042,60)
Reserva de Lucro a Realizar	R\$ -	R\$ -	R\$ 2.542.970,35	R\$ -	-R\$ (2.542.970,35)
Saldo em 31/12/2023	R\$ 13.000.000,00	R\$ 646,50	R\$ 982.953,85	R\$ 10.523.785,50	R\$ -

Demonstrações de Resultado do Exercício		
	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Bruta	R\$ 2.954.629,00	R\$ 7.436.869,78
(-) Deduções da Receita Bruta	-R\$ (107.843,96)	-R\$ (271.445,76)
Receita Operacional Líquida	R\$ 2.846.785,04	R\$ 7.165.424,02
(-) Custo dos Imóveis Vendidos	R\$ -	-R\$ (300.000,00)
Receitas Financeiras	R\$ 215.182,18	R\$ 107.658,79
Lucro Bruto Operacional	R\$ 3.061.967,22	R\$ 6.973.082,81
Despesas Operacionais	R\$ 494.127,86	R\$ 586.872,86
Despesas Financeiras	R\$ 4.969,01	R\$ 6.321,68
Resultado Operacional Líquido	R\$ 2.562.870,35	R\$ 6.379.888,27
Receitas Não Operacionais	R\$ -	R\$ -
Despesas Não Operacionais	R\$ 19.900,00	R\$ -
Resultado Líquido do Exercício	R\$ 2.542.970,35	R\$ 6.379.888,27

Demonstração de Fluxo de Caixa em R\$	
	2023
Atividades Operacionais	
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda:	R\$ 2.542.970,35
Despesas e Receitas que não afetam o fluxo de caixa	R\$ -
Lucro líquido ajustado	R\$ 2.542.970,35
Aumento (Redução) de Ativos	R\$ -
Fluxo de caixa líquido originado de atividades operacionais:	R\$ 2.542.970,35
Atividades de Investimento	
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento	R\$ 2.556.071,30
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-R\$ (13.100,95)
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro	R\$ 26.379,14
Caixa e Equivalentes de Caixa em 31 de dezembro	R\$ 13.278,19

Valmir de Araujo Costa - Diretor Presidente - CPF 007.533.787-87
Patrícia Etelvina Oliveira de Lima - Contadora
CRC/RJ N.º RJ-106334/O-7 - CPF: 704.554.902-44

CRIME SEM CASTIGO

Riquinho do Porsche que matou trabalhador confessa que corria

O 'riquinho' Fernando Sastre de Andrade Filho, de 24 anos, afirmou que dirigia o Porsche "um pouco acima" do limite de velocidade da Avenida Salim Farah Maluf quando bateu na traseira de um Renault Sandero, causando a morte do motorista de aplicativo Orinaldo da Silva Viana, de 52 anos, na madrugada de domingo passado. O limite da via é de 50 km/h. Ele negou que estivesse sob efeito de drogas ou bebidas alcoólicas.

As afirmações do empresário constam no depoimento dado à Polícia Civil a que o *Estado* teve acesso. Ele se apresentou na segunda-feira passada, na delegacia que investiga o caso, quase 40 horas após o acidente. A Justiça de São Paulo negou o pedido de prisão que havia sido feito pela Polícia Civil.

Andrade Filho não determinou qual sua velocidade. "Estava um pouco acima do limite permitido, porém, não chegava a ser muito acima também", afirmou, sem dar números.

A alta velocidade é o aspecto usado pelo delegado para tipificar o dolo eventual. O empresário foi indiciado por lesão corporal ao colega que estava no banco do carona, no carro de luxo e fuga do local do acidente, sem prestar socorro às vítimas.

Conforme relato feito por testemunhas à Polícia Civil, o empresário do carro de luxo se-

guia em alta velocidade pela avenida. Ao fazer a ultrapassagem, ele teria perdido o controle do Porsche e batido contra a traseira do Sandero branco. As circunstâncias do acidente estão sendo investigadas pela Polícia Civil.

Pelas imagens, é possível perceber a violência da colisão, que leva os dois carros para o canteiro da avenida. Um deles bate no poste de luz, o que provoca a queda imediata de energia elétrica no quarteirão.

MEU PAI

O motorista de aplicativo Orinaldo Viana foi velado e sepultado na tarde de segunda no Cemitério Bonsucesso, em Guarulhos, na Grande São Paulo. "Meu pai não merecia essa crueldade", diz o filho da vítima, Lucas Moraes, 28 anos, que tem a mesma ocupação do pai.

Viana nasceu em Codó, no Maranhão, e morava atualmente em Guarulhos. Pai de três filhos, o motorista era evangélico da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus). Era do tipo brincalhão, extrovertido, riso fácil, de acordo com os amigos.

A dor da perda dá espaço à indignação. "Porque não fizeram o bafômetro? Por que liberaram ele (o motorista do Porsche)? Não entendo muito de lei, mas não podem liberar ninguém depois de um acidente daquele", disse Lucas.

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR

Eleitores de Analândia votam em novo prefeito no domingo

O eleitorado de Analândia, município localizado na região de São Carlos, interior paulista, vai às urnas no próximo domingo para escolher um novo prefeito ou prefeita. A eleição foi marcada porque o prefeito e o vice eleitos em 2020 foram cassados por dificultarem o exercício do voto de parte da população, segundo decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Código Eleitoral determina a realização de eleições suplementares quando o candidato eleito em pleito majoritário perde o mandato por decisão da Justiça Eleitoral (artigo 224, § 3º) e ainda restam mais de seis meses de mandato.

Quatro chapas de prefeito e vice disputam o pleito: Leandro Santrapp (MDB) e Doutor Cirinho (PSB), pela Coligação Analândia para Todos; Odair Mistro com Giribi, ambos do PDT; o prefeito em exercício Rogerinho (presidente da Câmara) com Elaine Cabeleireira como vice, ambos do Republicanos; e Silvana Perin (Solidariedade) com Vrá Mascia (União Brasil), pela Coligação Analândia Feliz de Novo.

A diplomação do eleito ou eleita está marcada para o dia 10 de maio e a posse para o dia seguinte, 11 de maio. Quem vencer a eleição suplementar governará até 31 de dezembro. No dia 1º de janeiro de 2025, toma posse o candidato ou candidata que se eleger nas eleições municipais de 6 de outubro, em que também serão escolhidos os vereadores e vereadoras da cidade.

A 245ª Zona Eleitoral — Rio Claro é a responsável pelas eleições de Analândia, que conta com um eleitorado composto por 4.552 pessoas. A eleição suplementar terá apenas um turno, pois só há possibilidade de segundo turno em capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores e eleitoras.

A votação será realizada das 8h às 17h. Há dois locais de votação na cidade, com 16 seções eleitorais.

Quem deixar de votar por não se encontrar em seu domicílio eleitoral poderá justificar a ausência, no mesmo dia e horário da votação, por meio do aplicativo e-Título. Poderá, ainda, apresentar justificativa por meio do aplicativo "e-Título", do ser-

viço disponível no site do TSE e de requerimento formulado perante a zona eleitoral até 6 de junho de 2024. Não haverá mesas receptoras de justificativa nos locais de votação.

CASSAÇÃO

Em 14 de dezembro de 2023, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a cassação do mandato e a inelegibilidade do prefeito Paulo Henrique Franceschini e seu vice Clodoaldo Guilherme, eleitos em 2020 pelo Republicanos e PSB, respectivamente. Também foi declarado inelegível Jairo Aparecido Mascia (eleito em 2016 pelo então PMDB, hoje MDB), que era prefeito na época da eleição e os apoiava.

Segundo decidido nos autos, o então prefeito do município e os candidatos que ele apoiava abusaram do poder político por causa da instalação, no dia da eleição, de barreiras físicas e sanitárias nas entradas da cidade, que dificultaram o exercício do voto de eleitores e eleitoras. Para a decisão, o TSE considerou a gravidade da conduta e a existência de provas robustas da intenção de impedir parte

do eleitorado de exercer o direito de votar.

"A mera instalação das barreiras físicas e sanitárias no dia das eleições, determinada por decreto municipal expedido pelo prefeito à época dos fatos, já caracteriza fator suficiente para demonstração da gravidade exigida para configuração do ato abusivo, pois a conduta do primeiro recorrido transbordou o uso das prerrogativas do seu cargo público, com desvio de finalidade em favor dos demais recorridos (eleitos aos cargos majoritários do município), violando, além dos direitos fundamentais do indivíduo de ir e vir da liberdade ao voto, a segurança do processo eleitoral", decidiu o TSE.

A ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) foi proposta pelo Diretório Municipal do PSDB e por Silvana Perin, candidata ao cargo de prefeita no mesmo pleito e que era filiada ao partido (hoje no Solidariedade). A Corte Superior Eleitoral reformou, por unanimidade, a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo de fevereiro de 2022 e julgou procedentes os pedidos da ação.

ELEIÇÕES 2024

Líder diz que PSDB entregará um partido vazio para Tabata

SAMUEL LIMA/AE

A insatisfação é visível quando o vereador Gilson Barreto, um dos fundadores do PSDB na década de 80, fala sobre o cenário político atual da sigla e a recusa da direção tucana em apoiar a reeleição de Ricardo Nunes (MDB) em 2024. Ele, que é líder da bancada tucana na Câmara Municipal de São Paulo e vice-presidente da comissão provisória que lidera o diretório municipal, anuncia oficialmente a desfiliação em plenário.

O partido, até então o maior da Câmara, ao lado do PT, com oito vereadores, agora se vê diante da possibilidade concreta de perder todos os seus representantes nesta janela partidária. A debandada ocorre até a próxima sexta-feira, data limite para estar filiado ao partido que representará nas urnas em outubro. A direção do partido minimiza o episódio, diz que a questão é "página virada" e que a decisão de não fechar com Nunes foi feita democraticamente, por 9 votos a 2, entre militantes históricos do PSDB que compõem o diretório municipal.

Em conversa com o *Estadão* em seu gabinete no Palácio An-

chieta, o vereador criticou abertamente a cúpula partidária e reclamou que as decisões são tomadas "de cima para baixo" em Brasília e no Rio Grande do Sul, uma referência a líderes no plano federal, como o governador gaúcho Eduardo Leite e o presidente da sigla, Marconi Perillo. Para ele, há uma "falta de compreensão" a respeito da continuidade da gestão Bruno Covas, prefeito tucano que faleceu em 2021, na cidade de São Paulo.

O empenho do PSDB estaria principalmente em apoiar a deputada Tabata Amaral (PSB), segundo observa pelas tratativas das semanas recentes, mas o endosso acabaria sendo feito apenas em termos de marca, e não no corpo a corpo com os eleitores paulistanos. "Eles vão entregar a sigla, o PSDB, juridicamente, porque a militância, os adeptos, os filiados estão com o Ricardo Nunes", declara o parlamentar, falando em nome de uma suposta maioria nos 58 diretórios zonais da capital, berço político do partido.

Essa decisão, no entanto, ainda não foi tomada. Há dentro do partido quem defenda uma candidatura própria. Barreto alega, porém, que nunca

foram apresentados nomes concretos para a bancada nas reuniões, o que reforçaria o interesse em Tabata. Nesse caso, haveria o temor de que o apoio tucano acabe se revertendo, ainda que indiretamente, no segundo turno, ao deputado Guilherme Boulos (PSOL), em razão da proximidade entre o PSB e o PT no plano federal e da incredulidade nas chances eleitorais da deputada, que está em um distante terceiro lugar nas pesquisas neste momento.

Outra questão apontada publicamente pela direção nacional para rejeitar o atual prefeito é a aproximação dele com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Nunes compareceu, por exemplo, a ato convocado pelo ex-presidente na Avenida Paulista em meio a investigações da Polícia Federal que o acusam de participar de uma trama de golpe de Estado antes e depois das eleições de 2022, vencidas pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse caso, repete um argumento comum do prefeito - de que o candidato na cidade é ele, e não outro. "É importante para o Nunes ter o apoio, e acho que não é problema nenhum aceitar."

ROUBOS

Polícia fecha laboratório de desbloqueio de celulares

Os policiais civis da Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (Cercro) da 1ª Seccional prenderam ontem três homens suspeitos de atuação em uma oficina especializada em desbloqueio de celulares roubados, no centro de São Paulo. Um dos detidos é, segundo a Polícia Civil, um dos principais autores de crimes como recepção e desmonte de celulares para extração de peças. A investigação começou há um mês. Ontem, foram cumpridos mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça. Em um dos locais, os agentes encontraram o laboratório usado para desbloqueio de celulares. Um suspeito foi detido. Foram apreendidos 60 celulares, 31 relógios digitais, dois tablets e um notebook. Diversos aparelhos já estavam com as telas desmontadas.

Ação
(21) 99122-4278

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 9ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 9ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 24 do Termo de Securitização da Direitos Creditórios do Agronegócio da Série Única da 9ª (nona) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2024, às 09:15 horas, e em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 09:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação. AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail comercial@oliveirastur.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRA VALORIZA", observando o disposto na Resolução CVM nº 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e, d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 01 de abril de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR ADAIR VENDRUSCOLO JÚNIOR

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 3ª (Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora", respectivamente), a Vórv Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), ADAIR VENDRUSCOLO, inscrito no CPF sob o nº 142.420.280-91 ("Cedente"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Investidores dos Titulares dos CRA ("AEI"), a ser realizada em 1ª (primeira) convocação, nos termos da Cláusula 12.1 e seguintes do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das Classes Sênior e Subordinada da 3ª (Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Adair Vendruscolo Júnior", celebrado entre a Securitizedora e o Agente Fiduciário em 3 de junho de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização") bem como, nos termos do artigo 25 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no dia 22 de abril de 2024, às 10:00 (dez) horas, de forma exclusivamente digital, inclusive para contabilização dos votos, coordenada pela Securitizedora, conforme previsto no §2º do art. 124 da Lei 6.404/76 e nos termos da Resolução CVM nº 60 e da Resolução da CVM nº 81, de 23 de março de 2022, no que couber ("Resolução CVM 81"), sendo a AEI realizada por meio de videoconferência por meio da plataforma digital Microsoft Teams, na qual o acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares de CRA, para nos termos da cláusula 12.5 do Termo de Securitização, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) A autorização para que o Cedente realize, a Cessionária, a cessão, em até 2 (dois) dias úteis antes do pagamento da próxima PMT, de (A) Contratos Mercantis em montante inferior ao Índice de Cobertura de Cessão Fiduciária, sendo certo que o valor restante será depositado na Conta Centralizadora em moeda corrente nacional, e/ou (B) Contratos Mercantis, com ônus ou gravames de qualquer natureza, em detrimento da Cláusula 3.1, (ii) do "Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre a Securitizedora, Adair Vendruscolo, inscrito no CPF sob o nº 142.420.280-91 ("Cedente") e o Adair Vendruscolo Júnior, inscrito no CPF sob o nº 944.779.901-97 ("Devedor"), celebrado em 03 de junho de 2022 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), sem que seja caracterizada uma hipótese de Evento de Resgate Antecipado Obrigatório, conforme cláusula 7.3 do Termo de Securitização, e conforme cláusulas 7.2, (ii), de cada uma das CPR-Fs (conforme definidas no Termo de Securitização), em virtude do descumprimento de uma obrigação não pecuniária relativa ao Contrato de Cessão Fiduciária. Em caso de aprovação dos Ordens do Dia acima, a Emissora e o Agente Fiduciário estarão automaticamente autorizados a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrar quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização) que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados, no máximo, em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para o e-mail jna@vortex.com.br e contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI - CRA VENDRUSCOLO", observando o disposto na Resolução CVM nº 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada do documento de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (1) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (2) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (3) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (1) último regulamento consolidado; (2) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (3) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (4) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e, d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI, válido e eficaz, devidamente constituído há menos de 1 (um) ano, de acordo com a Cláusula 12.2.5 do Termo, acompanhado de documentos de identidade com foto dos representantes legais. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizedora (<http://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E DA 2ª SÉRIE DA 12ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e da 2ª Série da 12ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 12ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, celebrado em 18 de outubro de 2022 ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2024, às 09:30 horas, e em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 09:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRA em Circulação para fins de instalação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail comercial@oliveirastur.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRM EMBRAED", observando o disposto na Resolução CVM nº 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e, d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 01 de abril de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 17ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 17ª Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela Grinset Participações Ltda., celebrado entre a Canal Companhia de Securitização e a Oliveira Invest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2024, às 09:45 horas, e em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 30 de abril de 2024, às 09:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRA, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações contábeis do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos os titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações contábeis ausentes de ressalvas, caso a AGT não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail comercial@oliveirastur.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRM GRINSET", observando o disposto na Resolução CVM nº 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e, d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 01 de abril de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

COMISSÃO DE ANISTIA

Indígenas obtêm reparação por violações da ditadura

WESLEY GALZO/AE

A Comissão de Anistia concedeu ontem, os primeiros pedidos de reparação coletiva da história do País. O colegiado analisou requerimentos apresentados pelos povos indígenas Krenak (do norte de Minas Gerais) e Guaraní Kaiowá (do Mato Grosso do Sul), que acusaram o Estado brasileiro de cometer diversas violações de direitos humanos durante a ditadura militar. A decisão foi aprovada por unanimidade pela comissão, um órgão colegiado do governo federal vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos.

A concessão de reparação coletiva foi possível graças a uma inovação regimental aprovada pela Comissão em março do ano passado. As indenizações por crimes e violações do Estado brasileiro no período ditatorial costumavam ser feitas apenas individualmente. A presidente da Comissão, Enea Stutz de Almeida, afirmou durante a sessão

que especialistas destacaram o quão importante seria não individualizar a reparação dos indígenas. "O que faz sentido para as comunidades é a reparação coletiva", disse.

A reparação coletiva não prevê ressarcimento econômico. O dispositivo concede anistia política e recomenda que outros órgãos públicos assegurem direitos a esses grupos violados. A medida também tem um caráter simbólico de pedido de desculpas.

No caso dos povos indígenas, por exemplo, foi apontada a necessidade de atenção especial a questões sanitárias e de saúde nas comunidades. Outra demanda apresentada foi para que ocorresse a demarcação dos territórios. O colegiado concordou em apresentar uma recomendação ao governo Lula para que as terras Krenak e Kaiowá sejam demarcadas.

Os indígenas das duas comunidades foram perseguidos pelo regime militar e foram forçados a deixar os seus territórios, entre

1946 e 1988. A ditadura construiu um reformatório no território Krenak, que, segundo especialistas do Ministério dos Direitos Humanos, se tornou um centro de detenção arbitrária para realizar o controle social desses indígenas. O povo também foi privado do exercício de seus ritos religiosos.

O relator do caso Krenak, Leonardo Kauer Zinn, afirmou que o requerimento apresentado pelos indígenas reuniu farta quantidade de provas que atestam que "houve forte intervenção governamental e empresarial nas terras indígenas, que resultou em mortes, violação à integridade física dos indígenas e profundas desintegração dos modos de vida, colocando em risco a sua existência enquanto povo".

"Os direitos indígenas foram desrespeitados, tanto em relação às suas terras quanto às suas liberdades. Os governos militares foram caracterizados pelos desrespeito às instituições indígenas e pela sis-

temática expulsão de seus territórios tradicionais", disse Zinn.

O pedido de reparação ao povo Krenak ficou parado na Comissão de Anistia durante os governos de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB). Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) assumiu o Palácio do Planalto, o caso foi enfim pautado, mas foi indeferido, em 2022. Ele retornou à Comissão por meio de um recurso.

A Comissão ainda formalizou pedidos de desculpas às duas comunidades indígenas pelos crimes cometidos por autoridades do Estado brasileiro. "Eu quero, em nome do Brasil e do Estado brasileiro, pedir desculpas ao senhor. Que o senhor leve esse pedido de desculpas a todo o povo guarani Kaiowá. Em nome da Comissão de Anistia do Estado brasileiro, nós concordamos com todos os termos da proposta que o senhor e o povo trouxeram para a gente", disse Enea ao líder do povo Kaiowá, Tito.

POLÍCIA E MP

STF mantém decisão que autoriza Coaf a compartilhar dados

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) validou decisão que autorizou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a compartilhar relatórios de inteligência financeira com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público (MP) sem autorização judicial. O colegiado decidiu manter uma decisão proferida pelo ministro Cristiano Zanin, que cassou decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que havia considerado ilegais relatórios de inteligência financeira do Coaf requisitados pela polícia.

"Esses relatórios do Coaf funcionam hoje como uma delação premiada. Eles indicam as provas, é um meio de obtenção de prova, não uma prova. Nós discutimos detalhadamente que tanto de ofício, quanto a pedido, pode fornecer esses dados", disse o ministro Alexandre de Moraes no julgamento.

O STF já decidiu em 2019 que o compartilhamento de dados pelo Coaf com a PF e

MP não configura quebra de sigilo. Desde então, contudo, havia uma dúvida sobre a abrangência da decisão e o tipo de relatório abarcado. Existem dois tipos: os espontâneos, quando o Coaf verifica se há informações suspeitas e repassa as informações às autoridades; e os relatórios de intercâmbio, quando a PF ou o MP abrem investigação e solicitam ao Coaf se há ou não relatório de inteligência sobre os investigados.

O STJ, na decisão cassada pelo Supremo a pedido do Ministério Público do Pará (MP-PA), havia entendido que a modalidade de intercâmbio era ilegal porque não teria sido contemplada na decisão do STF. Em 2023, o COAF informou que produziu 16.411 relatórios espontâneos e encaminhou 22.905 relatórios de intercâmbio às autoridades. A decisão tomada hoje pela 1ª Turma esclarece que ambas as modalidades são válidas, desde que estejam amparadas pelo devido processo legal.

BOM FILHO

José Dirceu volta ao Congresso 19 anos depois de ter sido cassado

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ex-deputado federal e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu voltou ao Congresso Nacional pela primeira vez após ser cassado em 2005. Condenado pelo escândalo do mensalão e pela Operação Lava Jato, Dirceu participou de uma cerimônia especial do Senado em memória dos 60 anos do golpe de 1964 e defesa da democracia ontem.

No início do discurso no Senado, Dirceu declarou que quase não aceitou o convite feito pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), por se lembrar do dia em que perdeu o cargo, há 19 anos.

No dia 1º de dezembro de 2005, ele teve o mandato cassado após ser apontado como o responsável por liderar o esquema de pagamento de propinas a

parlamentares, o mensalão. O dinheiro ilegal era pago para que os congressistas apoiassem projetos do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Quando eu recebi o convite do senador Randolfe, quase não aceitei porque, desde a madrugada de 1º de dezembro (de 2005), quando a Câmara dos Deputados cassou o meu mandato, que o povo de São Paulo tinha me dado

pela terceira vez, eu nunca mais voltei para o Congresso Nacional", afirmou Dirceu.

No discurso, Dirceu defendeu que o Legislativo deve discutir o papel das Forças Armadas e promover uma "democracia social" com redistribuição de renda. "É preciso continuar a luta democrática, e essa luta democrática significa que é preciso consolidar e aprofundar a nossa democracia", disse.

MAIS PROFUNDIDADE

Lula inaugura obra de dragagem de canal que ampliará porto de Niterói

GABRIEL VASCONCELOS/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, que um ano e três meses é "muito pouco tempo" para o cumprimento de promessas feitas em campanha na seara econômica. Mas afirmou que não esqueceu de uma só palavra dita em campanha e fez longa defesa de investimentos na indústria naval e pesqueira a fim de gerar emprego e renda.

Lula discursou na tarde desta terça-feira, durante a inauguração das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, no Porto de Niterói, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. A intervenção vai aumentar a profundidade do canal de 7 metros para 11 metros, a um investimento de R\$ 157 milhões, permitindo a chegada de navios com calado maior, principalmente embarcações de serviço logístico da cadeia de óleo e gás. Do total, R\$ 137 milhões serão aportados pela Prefeitura de Niterói e outros R\$ 20 milhões pela Companhia Docas do Rio de Ja-

neiro, empresa pública ligada ao governo federal. "Um ano e três meses de governo é muito pouco ante o compromisso que assumi com o povo brasileiro. Lembro bem de cada palavra, de cada coisa que prometi na campanha", disse Lula.

No discurso, Lula prometeu "recuperar" a Petrobras e afirmou que vai reerguer a indústria naval pela segunda vez, à exemplo do que teria feito a partir do primeiro mandato, em 2003. Na semana passada, a Petrobras anunciou um pacote de licitações de barcos, englobando desde as já conhecidas encomendas de navios-plataforma, mas também barcos de apoio logístico e cabotagem.

"Tenham a certeza de que vamos recuperar a indústria naval brasileira. Não é possível que num país que faz 90% do seu comércio pelo mar, receba e exporte produtos com navios de bandeira estrangeira. Temos que voltar a financiar a indústria naval. Não existe possibilidade de recuperar o País se a economia não voltar a crescer.

STF

'Totalmente descabido' poder moderador das Forças, vota Zanin; placar é de 7 a 0

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin classificou como "totalmente descabida" a interpretação de que as Forças Armadas podem intervir como um "poder moderador" durante crises institucionais. Com o voto contrário de Zanin, o placar na Corte é de 7 a 0.

O voto de Zanin foi publicado ontem. O ministro pontuou que não se pode cogitar uma prevalência das Forças Armadas diante dos demais poderes constitucionais e ressaltou que a Constituição estabelece a subordinação das instituições militares ao presidente da República.

"Logo, revela-se totalmente descabido cogitar-se que as Forças Armadas teriam ascendência sobre os demais Poderes, uma

vez que estão subordinadas ao Chefe do Poder Executivo e devem atuar em defesa dos Poderes constitucionais - afastando-se de qualquer iniciativa de índole autoritária ou incompatível com a Lei Maior", afirmou Zanin.

A ação julgada pelo STF foi apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020. O partido questionou o Supremo sobre interpretações do artigo 142 da Constituição Federal, que trata das Forças Armadas. Bolsonaristas frequentemente utilizam o trecho para defender uma intervenção militar "dentro da legalidade".

Além de Zanin, votaram contra a ideia do "poder moderador" das Forças Armadas os ministros André Mendonça, Edson Fachin, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e

Luiz Fux. Ainda restam votar os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques.

O julgamento começou na última sexta-feira. O relator da ação, Luiz Fux, afirmou que a Constituição não encoraja ruptura democrática. O ministro também disse que a interpretação do artigo 142 da Constituição deve ser feita considerando todo o sistema legal brasileiro, especialmente no que diz respeito à separação dos Poderes. Fux também lembrou que as Forças Armadas não são um poder, mas sim uma instituição à disposição deles.

"Qualquer instituição que pretenda tomar o poder, seja qual for a intenção declarada, fora da democracia representativa ou mediante seu gradual

desfazimento interno, age contra o texto e o espírito da Constituição", disse o ministro em seu voto, acrescentando ser urgente "constranger interpretações perigosas que permitam a deturpação do texto constitucional e de seus pilares e ameacem o Estado Democrático de Direito", afirmou Fux.

Gilmar disse que via 'perplexidade' em necessidade de STF julgar 'poder moderador'

Na segunda-feira, o ministro Gilmar Mendes afirmou que via com "perplexidade" a necessidade do STF em "afastar certas pretensões que seriam consideradas esdrúxulas na vasta maioria das democracias constitucionais". Segundo o magistrado, o Supremo está reafirmando que a "Constituição não admite soluções de força".

Nota

CNJ FAZ ACORDO COM PROCURADORIA DA FAZENDA PARA EXTINGUIR 270 MIL PROCESSOS EM SP E BA

O Conselho Nacional de Justiça e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional assinaram uma portaria ontem, que pode levar à extinção de até 270 mil processos de execução fiscal em trâmite na Justiça de São Paulo e da Bahia. A partir de um cruzamento de informações entre os bancos de dados da Procuradoria e dos Tribunais serão identificados processos que já poderiam ter sido arquivados, uma vez que já não constam mais na dívida ativa. Somente com essa primeira previsão da portaria, o CNJ estima que ao menos 135 mil processos podem ser afetados no Tribunal de Justiça de São Paulo. Na Bahia, o impacto previsto pode alcançar 10 mil ações. O Conselho ainda aponta a possibilidade de outros tribunais de Justiça aderirem à normativa para facilitar a extinção de execuções da PGFN. O acordo permite que a Fazenda possa identificar execuções fiscais

de créditos que considere 'irrecuperáveis', desistindo da cobrança na Justiça. Assim, a dívida deixaria de ser cobrada judicialmente, mas não deixaria de existir. Assinam o pacto o presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luís Roberto Barroso, o advogado-geral da União, Jorge Messias, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas, e os presidentes dos Tribunais de Justiça de São Paulo e Bahia, respectivamente, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia e desembargadora Cynthia Maria Pina Resende. A normativa versa sobre um conjunto específico de cobranças judiciais - aquelas que a Procuradoria da Fazenda Nacional ajuizou até 2014 em Tribunais estaduais. Até aquele ano, o órgão tinha competência para cobrar dívidas federais - Imposto de Renda, IPI, PIS/Cofins e multas federais - na Justiça local, caso o devedor tivesse domicílio em uma cidade que não contasse com vara federal. Em 2014 foi editada uma lei que estabeleceu que a PGFN só pode fazer cobranças perante a Justiça Federal.

CARIOCA

Grupo Afoxé Filhos de Gandhi é declarado patrimônio cultural

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O Afoxé Filhos de Gandhi foi declarado ontem como um bem cultural dos cariocas, em decreto publicado pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Fundado em 1951, o grupo promove e preserva elementos da cultura afro-brasileira por meio da música, religião e expressões artísticas. Além de ser conhecido pela presença constante nos desfiles de carnaval da cidade.

Apesar da inspiração ter vindo da organização baiana Afoxé Filhos de Gandhi, a associação carioca desenvolveu história e elementos culturais diferentes ao longo dos anos. "O Filhos de Gandhi carioca tem peculiaridades próprias: tem uma formação afro-cultural centrada na exaltação das tradições de matrizes africanas que permeiam a cultura afro-carioca, na região conhecida como Pequena África. É importantíssimo reconhecê-los como patrimônio cultural dos cariocas. Hoje é um grande dia", diz Yago Feitosa, coordenador de Promoção da Igualdade Racial.

O decreto, que considera o Afoxé como patrimônio cultural de natureza imaterial, foi motivado por estudos do Insti-

tuto Rio Patrimônio da Humanidade e do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural. As duas entidades buscam valorizar práticas culturais históricas da cidade.

No texto, é reforçada a importância da herança da língua iorubá, do ritmo ijexá, da religião do candomblé, da dança e dos ritos típicos da tradição afrodescendente na cidade. O Afoxé Filhos de Gandhi vai ser inscrito no "Livro de Registro das Celebrações", onde estão listados os rituais e festas da cidade, e no "Livro de Registro das Formas de Expressão", onde estão as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. No decreto, fica estabelecido que o órgão executivo municipal de proteção do patrimônio vai elaborar um plano de salvaguarda do bem.

"Um orgulho ganhar esse reconhecimento. Os filhos de Gandhi do Rio de Janeiro, durante todo esse tempo, vêm enaltecendo a cidade com seu afoxé, canto e baianas e é pioneiro no presente de Iemanjá. São 48 anos trazendo a cultura afrodescendente em louvor aos orixás", diz o presidente do grupo Afoxé Filhos de Gandhi, Célio Oliveira.

WOLBITOS

Rio faz nova soltura de mosquitos usados no combate à dengue

VITOR ABDALA/ABRASIL

O município do Rio de Janeiro iniciou, ontem, uma nova leva de solturas de "wolbitos", mosquitos *Aedes aegypti* infectados com a bactéria Wolbachia. O microorganismo é usado no combate a arboviroses como a dengue, a zika e a chikungunya, já que impede o desenvolvimento dos vírus causadores dessas doenças dentro do seu principal vetor, o *Aedes aegypti*. Ontem foi feita a soltura no bairro do Caju. Na próxima semana, os wolbitos serão soltos no Centro e na Ilha de Paquetá. A ideia é fazer solturas nesses três locais ao longo de 20 semanas, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, para ampliar a população desses mosquitos.

No ambiente, as fêmeas contaminadas com Wolbachia se acasalam com os mosquitos sem a bactéria. Os filhotes desses cruzamentos nascem já infectados com a bactéria e, portanto, sem a capacidade de transmitir as doenças. Se tudo der certo, com o tempo, a população de wolbitos aumenta, reduzindo a população de vetores de arboviroses, e dispensando a necessidade de novas solturas. "A gente vai fazer essas solturas até o final de agosto e espera primeiro estabelecer essa população de mosquitos nessas três áreas. Quem sabe, ano que vem, a gente consiga avaliar já uma redução na trans-

missão de casos dessas doenças", explica Diogo Chalegre, líder de Relações Institucionais do World Mosquito Programa (WMP, ou Programa Mundial de Mosquitos, em português) no Brasil. O chamado método Wolbachia foi inicialmente implantado em Niterói, em 2014, onde já foram feitas solturas em todos os bairros. Em seguida, foi a vez da cidade do Rio, que já teve wolbitos soltos em 29 bairros, e municípios fora do estado do Rio: Campo Grande, Belo Horizonte e Petrolina (PE).

"O que a gente pode dizer é que houve uma redução média de 38% nos casos de dengue, nos 29 bairros do Rio onde a gente já atuou", afirma Chalegre.

O WMP coordena as estratégias envolvendo a Wolbachia no país, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e financiamento do Ministério da Saúde. Atualmente, segundo Chalegre, são produzidos 40 milhões de ovos de wolbitos por mês e 3,2 milhões de pessoas vivem nas áreas onde esses mosquitos foram soltos.

No entanto, uma nova biofábrica começou a ser construída em Curitiba, em março deste ano, para ampliar a capacidade de produção para 400 milhões de ovos por mês, a partir de 2025. Com a ampliação da capacidade, espera-se intensificar as solturas para novos locais, beneficiando até 70 mi de pessoas.

Nota**FIOCRUZ E UFF LANÇAM GUIA PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE**

Profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) têm um novo aliado para lidar com as fake news: o guia *Desinformação sobre saúde: vamos enfrentar esse problema?*. A publicação tem como objetivo preparar os trabalhadores da saúde para o diálogo com os usuários sobre temas controversos e com potencial de impactar o bem-estar da sociedade. O manual alerta para conteúdos nocivos à saúde da população que circulam em grupos de WhatsApp e nas redes sociais, como Instagram, Facebook, Tik Tok e YouTube. Falsos medicamentos, campanhas contra as vacinas, tratamentos milagrosos sem comprovação científica e receitas mágicas para emagrecer são alguns dos conteúdos prejudiciais que são divulgados pelas redes sociais. O guia traz uma curadoria de cursos de educação midiática, indica espaços para checagem de informação de notícias sobre saúde e sugere uma lista de fontes confiáveis sobre o tema.

IMPrensa LIVRE

Ditadura de Netanyahu usa lei para banir Al Jazeera de Israel

O primeiro-ministro de Israel e ditador Binyamin Netanyahu prometeu na segunda-feira passada, acabar com as operações da emissora Al Jazeera em Israel, chamando o veículo de um "canal de terror" que espalha o incitamento, depois do parlamento ter aprovado uma lei abrindo caminho para o fechamento do jornal.

"O canal terrorista Al Jazeera deixará de ser exibido em Israel. Tenho a intenção de atuar imediatamente em conformidade com a nova lei para colocar fim às atividades do canal", escreveu o premiê israelense na rede social X. A emissora condenou a alegação de incitação do ditador Netanyahu como uma "mentira perigosa e ridícula".

Knesset, o Parlamento israelense, votou a favor de uma nova lei, aprovada por 70 votos a favor e 10 contra, que permite proibir a veiculação dos conteúdos de canais estrangeiros "que ameacem a segurança do Estado" e fechar seus respectivos escritórios em solo israelense.

A emissora Al Jazeera opera sob a propriedade da Al Jazeera Media Network, que, por sua vez, é financiada pelo governo do Catar, é um dos poucos veículos internacionais que permaneceu em Israel durante a guerra contra o grupo Hamas.

Israel tem há muito tempo

Irã promete resposta, após ataque atribuído a Israel contra consulado iraniano na Síria

TEERÃ/AE

O Irã se comprometeu ontem a responder a um ataque amplamente atribuído a Israel que demoliu o consulado iraniano em Damasco, capital da Síria, e deixou oito mortos, entre eles dois generais iranianos.

A imprensa estatal reportou ontem que o Conselho Supremo de Segurança Nacional se

reuniu no fim de segunda-feira, e decidiu sobre a resposta "exigida" ao ataque, sem dar mais detalhes.

"Faremos que eles lamentem pelo crime e por atos similares", afirmou Ali Khamenei, líder supremo do Irã. Não estava claro, porém, se o próprio país responderia ou se a reação viria de aliados, como o grupo libanês Hezbollah e os rebeldes houthis, do Iêmen.

um relacionamento difícil com o veículo, acusando-o de preconceito contra Israel. As relações sofreram uma grande crise há quase dois anos, quando a correspondente Shireen Abu Akleh foi morta durante um ataque militar israelense na Cisjordânia ocupada. As relações deterioraram-se ainda mais após a eclosão da guerra em Gaza. Em dezembro, um ataque de Israel matou um operador de câmara da Al Jazeera.

A emissora condenou a alegação de incitação do ditador Netanyahu como uma "mentira perigosa e ridícula". A Al Jazeera disse na segunda-feira que responsabiliza o ditador Netanyahu pela segurança de seus funcioná-

rios e escritórios, que continuaria o que descreveu como sua cobertura ousada e profissional e que "se reserva o direito de prosseguir com todas as medidas legais".

O ministro das Comunicações de Israel, Shlomo Karhi, disse que pretende avançar com o fechamento. Ele disse que a Al Jazeera tem agido como um "braço de propaganda do Hamas" ao "incentivar a luta armada contra Israel".

"É impossível tolerar que um meio de comunicação, com credenciais de imprensa do Gabinete de Imprensa do Governo e escritórios em Israel, aja de dentro contra nós, certamente durante tempos de guerra", disse ele.

EUA

Em Washington, o porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller, disse que os Estados Unidos nem sempre concordam com a cobertura da Al Jazeera, mas respeitam o seu trabalho.

"Apoiamos a imprensa livre e independente em qualquer lugar do mundo", disse ele. "E muito do que sabemos sobre o que aconteceu em Gaza se deve aos repórteres que estão lá fazendo o seu trabalho, incluindo repórteres da Al Jazeera."

A Al Jazeera já foi fechada ou bloqueada por outros governos do Oriente Médio, incluindo Arábia Saudita, Jordânia, Emirados Árabes Unidos e Egito.

EUA

Trump paga fiança de US\$ 175 milhões em caso de fraude civil

O ex-presidente americano Donald Trump pagou uma fiança de US\$ 175 milhões pelo caso em que é acusado de fraude civil, segundo documentos judiciais publicados na segunda-feira passada. Com isso, o republicano suspende a cobrança do pagamento de US\$ 454 milhões a que foi sentenciado e evita que o Estado confisque seus bens para saldar a dívida, enquanto recorre do caso.

A fiança paga é apenas provisória. Caso a sentença seja mantida, Trump terá de pagar ao Estado o montante total, que cresce com juros diários. Mas, se Trump vencer na Corte, ele não terá que pagar nada e receberá de volta o dinheiro investido agora.

"Conforme prometido, o presidente Trump pagou a fiança. Ele espera reivindicar os seus direitos em recurso e anular esse

veredicto injusto", disse uma das advogadas de Trump, Alina Habba.

Trump tinha o prazo de dez dias para depositar os US\$ 175 milhões, conforme determinou um tribunal de recursos de Nova York ao concordar, no mês passado, em reduzir a fiança necessária para suspender a cobrança da sentença. Na ocasião, os advogados de Trump argumentaram que era "uma impossibili-

dade prática" conseguir pagar os US\$ 454 milhões mais juros que ele devia.

Até a decisão do tribunal, a procuradora-geral de Nova York, Letitia James, estava preparada para iniciar esforços para cobrar a sentença, possivelmente confiscando algumas das principais propriedades de Trump. James, uma democrata, moveu a ação em nome do estado.

VIOLÊNCIA SEM FIM

Estudante de 12 anos abre fogo em escola da Finlândia e mata colega

Um menino de 12 anos morreu e outros dois ficaram gravemente feridos ontem, quando um colega de aula, também de 12 anos, abriu fogo em uma escola de ensino fundamental nos arredores da capital da Finlândia, Helsinque, informou a polícia.

"Hoje, pouco depois das 9h (3h no horário de Brasília), ocorreu um ataque a tiros em uma escola (...) no qual morreu um aluno da sexta série", disse Ilkka Koskimaki, chefe de polícia da região, em entrevista coletiva. Ele acrescentou que outros dois

menores ficaram "gravemente feridos".

O ataque ocorreu em uma escola de ensino fundamental da cidade de Vantaa, que tem quase 800 alunos, dos 7 aos 15 anos, segundo o seu site. A polícia chegou ao local logo após o ataque e a escola foi cercada.

O suspeito foi detido menos de uma hora após os disparos com uma arma em sua posse, disse a polícia. Ele admitiu ter atirado em uma audiência policial inicial, mas não há informações imediatas sobre o motivo,

disse a polícia, acrescentando que o caso está sendo investigado como homicídio e duas tentativas de homicídio. A arma usada foi uma pistola licenciada para um parente do suspeito, disse o detetive Kimmo Hyvärinen.

O presidente finlandês, Alexander Stubb, e o primeiro-ministro, Petteri Orpo, ofereceram condolências às famílias das vítimas em postagens no X, ambos dizendo que ficaram chocados com o tiroteio.

"O que torna tudo particularmente chocante é a idade da ví-

tima e do suspeito", disse Orpo durante entrevista coletiva na terça-feira. "Posso garantir que este (crime) será cuidadosamente revisado e serão tiradas providências para que isso não aconteça novamente."

A idade mínima de responsabilidade criminal na Finlândia é de 15 anos, o que significa que o suspeito não pode ser formalmente preso. Um suspeito com menos de 15 anos só pode ser ouvido pela polícia e ser entregue às autoridades de bem-estar infantil da Finlândia.

PELO TELEFONE

Casa Branca descreve como 'franco e produtivo' diálogo entre Biden e Xi

ANDRÉ MARINHO/AE

A Casa Branca descreveu como "franca e construtiva" a conversa que os presidentes dos Estados Unidos, Joe Biden, e da China, Xi Jinping, tiveram ontem. Segundo comunicado, os

dois líderes discutiram uma série de temas, entre eles os riscos associados à inteligência artificial, mudanças climáticas e os contatos bilaterais entre militares.

Biden enfatizou a importância de se manter a paz e a estabilidade no estreito de Taiwan,

além do Estado de Direito e da liberdade de navegação no Mar do Sul da China, de acordo com a nota. O democrata ainda expressou preocupação quanto ao apoio chinês ao sistema de defesa industrial da Rússia e pediu compromisso com o fim do pro-

grama nuclear na Península da Coreia, conforme o texto.

O líder da Casa Branca criticou práticas comerciais e econômicas "injustas" de Pequim e garantiu que tomará ações para impedir que tecnologias americanas "sejam usadas para minar nossa segurança nacional", diz o comunicado. Biden e Xi Jinping concordaram em manter abertos canais de comunicação, inclusive com visitas dos secretários de Estado, Antony Blinken, e do Tesouro, Janet Yellen, à China.